



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Nota Informativa nº 01/DCONB/CGGPB

Brasília, 26 de janeiro de 2017.

Ao Sr. Coordenador Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios – 01.500.5

Assunto: Superendividamento de beneficiários do INSS que contratam operações de crédito na modalidade Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito

1. Em razão da alteração legislativa promovida pela Lei nº 13.172/2015, entende essa Divisão pela necessidade de análise superior acerca da situação de possibilidade de **superendividamento de beneficiários do INSS que contratam operações de crédito na modalidade Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito**, por império de regulamentação infralegal disposta na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008.

2. A título de esclarecimento, faz-se necessário fazer breve histórico da regulamentação da matéria e do histórico de alterações destas, bem como as suas consequências para o beneficiário do INSS que contrata esse tipo de operação com desconto em benefício.

O artigo 6º da Lei nº 10.820/2003 possibilitou aos beneficiários titulares dos benefícios das espécies “Aposentadoria” e “Pensão por Morte”, a autorizarem desconto em benefício para pagamento de prestações de operações de créditos contratadas. No entanto, a referida lei definiu à época de sua publicação, apenas o valor limite da margem consignável em até 30% (trinta por cento) do valor do benefício.

Dessa forma, coube o INSS, por meio de ato infralegal, regulamentar a disponibilização da margem consignável por modalidade de crédito. Em março de 2005, por meio da IN Nº 117 INSS/DC, foi introduzida a possibilidade de beneficiários do INSS autorizarem o desconto para pagamento de valores referentes à utilização de cartão de crédito por meio de constituição de Reserva de Margem Consignável em até 10% (dez por cento) do valor do benefício, **observado o limite legal de 30%**, ou seja, caso contratasse o limite máximo para utilização em cartão de crédito, somente poderia utilizar os 20% restantes para operações de empréstimo consignado.

Essa sistemática de disponibilização concorrente de margem de 20% (vinte por cento) para operações na modalidade “Empréstimo Consignado” e 10% (dez por cento) para utilização de “Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito”, foi mantido até a publicação da Lei nº 13.172/2015, que alterou os limites de margem consignável para 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) para uso exclusivo em cartão de crédito conforme disposto no inciso I do § 5º do Artigo 6º da referida lei:

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

*§5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:*

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;”

3. Regulamentando a alteração promovida pela Lei nº 13.172/2015, a Instrução Normativa INSS/PRES nº 80/2015, alterou a redação do §1º do Art. 3º da IN INSS/PRES nº 28/2008, conforme a seguir:

“Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:

§1º Os descontos de que tratam o caput não poderão exceder o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015)

I - até 30% (trinta por cento) para as operações de empréstimo pessoal;

II - até 5% (cinco por cento) para as operações de cartão de crédito.”

4. Entretanto, após essa alteração legislativa, a própria Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 (regulamento vigente acerca da operacionalização do empréstimo consignado) provocou uma situação bem peculiar em função de uma outra regra disposta no inciso II do Artigo 16: a limitação máxima de comprometimento de até duas vezes o valor da renda mensal do benefício para a modalidade Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito.

Essa regra que limita o valor da Reserva de Margem Consignável contratada, disposta no inciso II do Artigo 16 da IN 28/2008 foi elaborada à época, justamente pra evitar a situação conhecida como “superendividamento”. Ou seja, se não houvesse essa limitação, o beneficiário contrataria reserva de margem em valores muito alto, sendo que o desconto mensal à época era limitado em 10% do benefício. Assim, considerando a taxa de juros da época (3,06% a.m), o valor máximo do desconto não chegaria a ser igual ou maior que o valor dos juros mensais pagos por competência, obrigando o beneficiário a permanecer nessa situação indefinidamente, exceto se liquidasse a dívida “por fora” do benefício.

Quase concomitantemente, em novembro de 2015, o INSS seguindo uma recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social (Resolução nº 1328/2015) e por meio de Portaria Presidencial (Portaria nº 1016 PRES/INSS, de 06 de novembro de 2015), aumentou a taxa de juros desse tipo de operação de 3,06% para 3,36% a.m.

4. Assim, essas duas alterações possibilitaram a situação em que o beneficiário contratará uma Reserva de Margem Consignável e o valor máximo do desconto mensal será menor que o pagamento da taxa de juros daquele mesmo mês, incorrendo numa situação forçada de superendividamento.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

A título de exemplo, considere que um beneficiário com Renda Mensal de um salário-mínimo em dezembro de 2016 (R\$ 880,00), contrata uma RMC no valor máximo, ou seja, duas vezes o valor da renda do benefício (R\$ 1.760,00). O valor máximo do desconto mensal será de R\$ 44,00 (5% de R\$ 880,00), enquanto o valor da taxa de juros mensal será de R\$ 59,13 (3,36% de R\$ 1.760,00). Ou seja, mesmo que seja descontado mensalmente o máximo permitido em lei, o saldo devedor aumentará.

5. Importante ressaltar ainda que a modalidade “Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito” movimentou em 2016 R\$ 7,93 bilhões em volume de crédito contratado. Questões referentes ao limite máximo de comprometimento do cartão de crédito ou alteração da taxa de juros, requerem uma análise prévia, principalmente acerca dos impactos que provocarão no equilíbrio normal do mercado de crédito, assuntos dos quais essa Divisão não possui competência para se manifestar.

6. Considerando todo o exposto e ainda o Art. 58 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008:

“Art. 58. A partir da vigência desta Instrução Normativa serão regulamentadas por portaria do Presidente do INSS eventuais alterações relativas:

I - à atualização dos limites das margens consignáveis;

II - à alteração de taxa de juros aplicada às operações de crédito;

III - aos prazos de pagamento;

IV - à alteração ou vedação de cobrança de taxas administrativas.

V - as taxas de emissão de cartão de crédito e valor do seguro;

VI - ao limite máximo de comprometimento no cartão de crédito; e

VII - à quantidade de operações de empréstimo e cartão de crédito por benefício.”

A título de sugestão e considerando ainda a competência do Presidente do INSS, sugerimos incluir alteração na Instrução Normativa, dispondo como obrigação para as instituições financeiras, não realizarem contratos de “Reserva de Margem Consignável/Cartão de Crédito” em que o valor do desconto mensal legalmente previsto seja inferior aos juros mensal da operação contratada, transferindo a obrigação do controle dessa disposição exclusivamente às instituições financeiras.

7. Ao Gabinete da Presidência com trânsito pela Diretoria de Benefícios – 01.001.0

Atenciosamente.


RENATO MOURA CAVALCANTI DA SILVA
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01500 – DIRETORIA DE BENEFICIOS – DIRBEN em, 27/01/2017.

Ref.: Nota Informativa/01 DCONB/CGGPB

Ass : Superendividamento dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que contratam operação de crédito na modalidade Reserva de Margem/Cartão de Crédito.

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminha-se a Gabinete da Presidência na forma solicitada (01.001.0).

ROBINSON FLÁVIO DIAS NEMETH
Diretor de Benefícios

INSS/mf